

# DITADURA BRASILEIRA E QUESTÃO INDÍGENA: ENTRE AS LUTAS POR DIREITOS CIVIS E OS DEBATES SOBRE DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

## BRAZILIAN DICTATORSHIP AND INDIGENOUS QUESTION: BETWEEN THE FIGHTS FOR CIVIL RIGHTS AND THE HUMAN RIGHTS DEBATES AROUND THE WORLD

BRENO LUIZ TOMMASI EVANGELISTA\*

**Resumo:** O artigo analisa a repercussão internacional desencadeada com a divulgação, em Março de 1968, dos resultados da Comissão de Inquérito destinada a apurar denúncias contra funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), implicados na prática de crimes contra populações indígenas brasileiras. A ditadura civil-militar se viu diante da abertura de uma importante frente de atuação sobre sua política indigenista. Até então pouco expressivo e desorganizado, esse movimento se articulou com força a partir dos anos 1960, consideravelmente em função dos crimes contra os indígenas relatados no período. Sofrendo a pressão interna da imprensa e de alguns grupos políticos insatisfeitos com o tratamento dado às denúncias apresentadas, a ditadura precisou encarar ainda os reflexos dos crescentes debates sobre os direitos humanos e a luta de grupos socialmente periféricos por direitos civis. Estes recrudesciam no desenrolar dos anos 1960, chegando a pontos críticos no ano de divulgação do Relatório Figueiredo.

**Palavras-chave:** Indígenas; Ditadura; Direitos humanos.

**Abstract:** The article analyzes the international repercussion triggered by the disclosure, in March 1968, of the results of the Committee of Inquiry aimed at investigating complaints against officials of the Indian Protection Service (SPI), implicated in the practice of crimes against Brazilian indigenous populations. The civil-military dictatorship was faced with the opening of an important front of action on

---

*Artigo recebido em 14 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 21 de novembro de 2018.*

\* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF. Vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF). (Email: breno95tommasi@hotmail.com).

indigenist politics, until then little expressive and disorganized, this movement was articulated with strength from the years 1960, considerably due to the crimes against the Indians reported in the period. Suffering from the internal pressure of the press and some political groups, dissatisfied with the treatment given to the complaints presented, the dictatorship needed to face the reflections of the growing debates on human rights and the struggle of groups socially peripherals for civil rights that recruited in the course of the years 1960, reaching critical points in the year of disclosure of the Figueiredo report.

**Keywords:** Indians; Dictatorship; Human rights

### **1968: a conclusão dos conturbados anos 1960**

Inúmeros adjetivos foram mobilizados no sentido de fazer referência ou traduzir, o quão fiel seja possível, os acontecimentos que impactaram o mundo no curto espaço da década de 1960. Tendo seu canto do cisne no simbólico ano de 1968, esse período foi de fundamental importância enquanto palco de debates sobre os direitos humanos, estabelecidos inicialmente pela Organização das Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. A comemoração dos 20 anos do documento, em 1968, contando com a organização da Conferência de Direitos Humanos em Teerã, no mesmo ano, e o próprio ambiente social e político de contestação da ordem estabelecida - com o Maio francês, o movimento por direitos civis nos EUA, o movimento hippie, os Panteras Negras, a Primavera de Praga, entre outros - contribuíram para a confluência de movimentos, mais ou menos articulados, na defesa e na busca da ampliação dos direitos sociais e na crítica aos sistemas que os desrespeitavam. Seus impactos foram sentidos em diversos países ao redor do mundo, chegando inclusive ao Brasil, que vivia um governo ditatorial instaurado em 1964 através de um golpe.

O ano de 1968, na sua excepcionalidade e a nível global, deve ser compreendido como o desenlace de diversos processos observados ao longo dos anos 1950 e 1960. A partir da vitória de diversas frentes de libertação nacional - a Revolução Cubana (1959), a Independência da Argélia (1962), e de outros países do continente africano, a Guerra do Vietnã (1955 - 1975) - e das críticas ao modelo soviético, tido como excessivamente burocrático e pouco comprometido com um programa de transformações radicais em

direção à consolidação do modelo comunista, as *forças quentes*<sup>1</sup>, mundialmente distribuídas, buscaram em novas experiências revolucionárias as orientações teóricas e práticas que guiariam as suas propostas de mudança. As metamorfoses apresentadas, sobretudo no que tange ao câmbio do paradigma revolucionário hegemônico entre as forças comprometidas com um projeto de mudanças, que tinha até então no modelo revolucionário soviético seu referencial ideal, incorporaram elementos vindos de direções variadas. No Brasil não poderia ser diferente. Múltiplos movimentos políticos ganharam dimensão no país paralelamente aos levantes internacionais, inclusive mantendo diálogos com estas lideranças.

As juventudes, e os trabalhadores, viam e colocavam em movimento mudanças que não se limitaram ao campo teórico, mas que alteraram significativamente os comportamentos sociais e as formas de se posicionar com relação às questões sensíveis como as feministas e as dos negros.<sup>2</sup> A militância, organizada ou não, as manifestações públicas, os discursos inflamados, os atos, tudo parecia convocar as pessoas, das mais comuns e menos politizadas, a repensar a realidade em que estavam localizadas.

Observou Daniel Aarão Reis Filho que o Brasil, na segunda metade da década 1960, encarou igualmente suas turbulências. A primeira delas, encarnada nos movimentos organizados de trabalhadores. O golpe de 1964, responsável por abrir as portas para uma ditadura que se consolidaria nas décadas seguintes, fora dado contra o legado populista iniciado por Getúlio Vargas. Ao se estabelecerem no poder, os militares aliados aos grupos das classes dominantes e correspondendo aos seus anseios, iniciaram um período de arrocho salarial, cerceamento das liberdades de sindicatos e suas lideranças e repressão às greves e manifestações, um cenário desastroso para as camadas populares urbanas da sociedade brasileira.<sup>3</sup> Sob grandes dificuldades, os trabalhadores tentavam se organizar, apelando a frentes moleculares, heterogêneas, desarticuladas, que apelavam a modelos legalistas como a formação do Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA). As greves de Contagem e Osasco, em 1968, foram os pontos fora da curva. Entre suas lideranças, uma juventude descolada das antigas

---

<sup>1</sup> Para os conceitos de *forças quentes* e *forças frias*, ver: AARÃO REIS, Daniel; MORAES, Pedro. 1968, *a paixão de uma utopia*. 3a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

<sup>2</sup> RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: AARÃO REIS, Daniel et al. *O Século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 136.

<sup>3</sup> AARÃO REIS, Daniel. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 27, out. 1998.

estruturas formais de partidos e do vínculo, beirando a dependência, com o Estado.<sup>4</sup> Combatida e desarticulada pelo poder estabelecido, esse movimento não teve força para se desdobrar em um processo mais amplo, mas representou a primeira onda significativa de oposição às políticas implementadas pelo regime.

Se há um consenso sobre 1968, certamente é de que o mundo estava em ebulição. A circulação cada vez mais acelerada de informações levava aos lugares mais distantes do globo notícias sobre as lutas por direitos, contra a exploração e as violências da colonização, contra os conflitos armados e outros movimentos de contestação da ordem estabelecida. Sobre esse fenômeno, Aarão Reis Filho sintetizou que

O papel dos meios de comunicação nunca poderá ser subestimado na análise de 1968. Jornais ainda, mas já, e sobretudo, a televisão. Com as imagens, nacionais e internacionais, informando, sensibilizando, despertando. O planeta tornava-se uma aldeia global (...) Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão.<sup>5</sup>

Fortalecido pela midiaticização da Guerra do Vietnã, responsável por esgarçar o tecido da impessoalidade das pessoas comuns com as violências das guerras, o discurso pacifista e liberal ganhou ressonância na forma da defesa dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, pregando o respeito as suas liberdades e independências<sup>6</sup>. A consciência, cada vez mais forte, de oposição ao domínio dos mais fortes sobre os mais fracos, presentes em diversos discursos e movimentos do período, é uma característica central para a análise dos posicionamentos críticos aos crimes praticados contra os indígenas no período.

Os reflexos desses debates encontraram em terras brasileiras uma crise sem precedentes aberta pela Comissão de Inquérito nº 239/67, dedicada a investigar denúncias contra funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), acusados de praticar delitos contra a pessoa do índio e seu patrimônio. A imprensa nacional, focada principalmente na necessidade de punição e no combate à corrupção, causou inquietações pequenas se comparadas às críticas sistemáticas da imprensa internacional nos meses que se seguiram à divulgação do caso. Agências e organizações

---

<sup>4</sup> *Idem*, p.28.

<sup>5</sup> AARÃO REIS, *Op. cit.*, p. 21.

<sup>6</sup> RIDENTI, *Op. cit.*, p.138.

internacionais, políticos e diplomatas, intelectuais e a imprensa, cobravam explicações do governo brasileiro sobre o caso. Era colocado em xeque não apenas o modelo de política indigenista praticado no Brasil - tutelar, limitante das liberdades dos indígenas e transgressora dos seus direitos ó mas também a moral e a imagem do próprio regime.

Ancorado nos processos internacionais de crítica aos crimes relatados contra os indígenas no Brasil, sobretudo em 1968, este artigo busca estabelecer de forma breve o percurso trilhado pela instituição responsável por defender o indígena e seu patrimônio, mas que acabaria em meio aos casos de corrupção dos seus funcionários, e dos principais representantes dos movimentos em favor dos direitos indígenas. A finalidade central é apresentar um quadro que ilustre a articulação de frentes, principalmente os veículos de imprensa internacionais e de algumas organizações políticas, na denúncia dos crimes praticados contra populações indígenas brasileiras, ressaltando a importância do contexto político dos anos 1960 como fundamental para a criação de um espaço favorável ao florescimento dessas mobilizações e das críticas ao modelo indigenista brasileiro, formuladas dentro e fora do país.

### **A política indigenista brasileira e a crise do Serviço de Proteção aos Índios.**

A criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI), inaugurava uma fase de laicização da questão indígena, tornada a partir de então atribuição e responsabilidade do Estado através do novo órgão. Ao longo das suas mais de cinco décadas de existência, o SPI encarou problemas de ordem material e logística que em diversos momentos quase impossibilitaram sua atuação. O desmonte final do órgão se deu quando em 1967 uma Comissão de Inquérito<sup>7</sup>, então instaurada a pedido do recém-criado Ministério do Interior, apurou crimes de funcionários do serviço contra populações indígenas e seu patrimônio. As críticas à instituição, que se arrastavam desde os anos 1950, encontraram nesse momento ecos intensos entre os intelectuais e a imprensa nacional, assim como movimentos internacionais que condenavam as práticas relatadas. Antes da instauração dessa crise, entretanto, se percebiam transformações mais ou menos difundidas em

---

<sup>7</sup> Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 239/67 destinada a apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

variados campos sociais, entre os intelectuais e alguns movimentos políticos, orientadas por um questionamento acerca da situação dos indígenas brasileiros.

Os primeiros antropólogos e etnólogos brasileiros eram essencialmente autodidatas, instruídos a partir da dedicação ao estudo de materiais vindos da Europa e dos Estados Unidos. Sua maturação se dava basicamente através da organização em sociedades científicas, nas quais trocavam experiências e conhecimentos teóricos entre si, e do câmbio de correspondências com cientistas internacionais. Pelo menos até os anos 1930, o horizonte profissional era quase inexistente e a formação acadêmica extremamente limitada. Foi graças a essa primeira geração, entretanto, que se criou um espaço onde tornou-se possível o desenvolvimento desse campo no Brasil<sup>8</sup>.

As transformações sociais determinantes para o aprofundamento dessa tendência oscilaram entre o empenho incentivado pelo Estado Novo de compreender o que seriam as raízes brasileiras, na famosa busca de uma identidade nacional. Outro aspecto fundamental é a reinvenção do campo de estudos antropológicos promovida pela criação de novas universidades, de cursos de ciências sociais e da entrada de cientistas estrangeiros vinculados a essas áreas de estudos.

Um mecanismo que reforçou essa tendência foi criado em 1939, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), destinado, segundo o Decreto-Lei nº 1794, ao estudo de todas as questões que se relacionem com a assistência e proteção aos selvícolas, seus costumes e línguas<sup>9</sup>. Inicialmente ocupado por positivistas, alinhados com as ideologias do então presidente do CNPI, o militar Cândido Rondon, ao conselho caberia sugerir ao governo, por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios, a adoção de todas as medidas necessárias à consecução das finalidades desse Serviço e do próprio Conselho<sup>10</sup>, o que lhe conferia paralelamente as funções de órgão de pesquisa e produção de conhecimento sobre as populações indígenas brasileiras, atuando como instância consultiva para os problemas mais difíceis que se impuseram ao SPI.

As mudanças mais significativas na política do CNPI se dariam a partir da década de 1950, com a entrada de um número substancial de especialistas no tema da questão indígena. Sob a presidência da antropóloga Heloísa Alberto Torres, outros

<sup>8</sup> CORDOVIL, Daniela. Formação de antropólogos no Brasil ontem e hoje. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais*, Macapá, v. 1, n. 1, pp.5-6, dez. 2008.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

antropólogos notórios como Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira assumiram uma postura ainda mais ativa do Conselho no sentido de promover uma série de debates acerca da situação dos indígenas brasileiros. Esse seria, até o seu fim em 1967, o principal canal de produção de estudos técnicos e divulgação cultural sobre essas populações. Esses especialistas foram responsáveis por colocar em prática uma transição do modelo indigenista positivista, tutelar e evolucionista, para a renovação trazida pelas conclusões do Instituto Indigenista Interamericano e pela antropologia do pós-guerra.<sup>11</sup>

Os processos que tiveram lugar dentro dos órgãos voltados para a política indigenista brasileira encontraram ressonância na construção de espaços de debates socialmente construídos, proporcionados sobretudo por intelectuais nacionais e internacionais. A divulgação de trabalhos como o livro *Tristes Trópicos*<sup>12</sup>, do antropólogo Claude Lévi-Strauss, teve um impacto considerável no Brasil. O antropólogo francês, nessa obra fundamental, discorre acerca da cultura indígena traçando paralelamente críticas ao tratamento dado aos grupos autóctones. O livro, resultado do trabalho de campo empreendido ainda nos anos 1930 por Lévi-Strauss, mas lançado apenas em 1955 em Paris, entre as etnias Tupi-Cavaíba, Cadiueu Bororo e Nhambiquara, atingiu um público relativamente grande na Europa, se tornando obra de referência na área. No Brasil, além dos intelectuais da área, o livro teve certa difusão entre outros grupos como artistas, políticos e interessados nos relatos sobre as populações indígenas<sup>13</sup>, sendo notícia em edições de jornais brasileiros.<sup>14</sup>

Assim chegavam os debates sobre a questão indígenas aos anos 1960, amparados por uma ciência, a antropologia, em pleno desenvolvimento e por mudanças importantes nas perspectivas sobre as políticas que deveriam ser aplicadas a essas populações. Nesse momento, antropólogos e etnólogos entravam em conflito com o SPI

---

<sup>11</sup> PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p.130.

<sup>12</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>13</sup> VELOSO, Caetano. ãA visão do Brasil que está em -Tristes trópicosø esquentou meu coração. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de novembro de 2009. Caderno Mundo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0411200921.htm> (Acesso em 14 de outubro de 2018).

<sup>14</sup> O Jornal do Brasil, por exemplo, referenciou mais de uma vez a obra do autor. Em 1967, afirmou, tratando do livro, ãUma das teses básicas do pensador francês ó que vem a pôr em xeque Sartre e até mesmo Mark ó é a de que o homem primitivo tinha o mesmo grau de inteligência do homem moderno.õ Ver: O começo de Strauss. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1967. Cad. B, p.3.

questionando a postura do mesmo, estrutura e funcionários ali empregados.<sup>15</sup> O golpe de 1964 acirrou as contradições encaradas pelo SPI e impactou profundamente a questão indígena. A reforma institucional imposta no governo do general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, a formulação de uma política de desenvolvimento nacional ó que reforçava as estruturas de acumulação do capital e de expropriação das terras dos indígenas com o avanço das frentes agro-pecuárias e outras formas de exploração das regiões onde estavam essas populações ó e as consequências do discurso anti-corrupção e em favor dos expurgos no serviço público, conduziram o SPI a uma situação de impasse quanto à sua funcionalidade. Considerado excessivamente burocratizado, ineficiente e concentrando diversas denúncias contra seus funcionários, o órgão viu surgir de dentro do CNPI e do Ministério do Interior propostas de uma nova instituição indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O SPI, formado em 1910, a partir de uma ação conjunta de setores nacionais progressistas<sup>16</sup>, sofrera ao longo de seus quase 60 anos com cortes nas receitas, dificuldades operacionais e o principal, denúncias sistemáticas de corrupção e ineficiência. Entre 1956 e 1963, tiveram lugar no SPI ao menos 21 inquéritos administrativos, resultando em 13 indiciados e 46 representações contra funcionários, incluindo o diretor do Serviço.<sup>17</sup> Publicamente, o órgão se via progressivamente desmoralizado, enquanto membros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, entre eles Darcy Ribeiro, criticavam a postura das direções que cediam às pressões de interesses econômicos e políticos de grupos particulares e que mantinham em seus quadros indivíduos que colaboravam para a ineficiência do Serviço e para a ocorrência de irregularidades.<sup>18</sup>

No final do governo Castelo Branco, os militares que chegaram ao poder discursando contra o òlegado varguistaõ, começavam a abandonar gradualmente o primeiro impulso liberal e alinhavam-se com as frentes de oposição ao antiestatismo. As consequências observadas foram desde o empenho dos militares em modernizar o

---

<sup>15</sup> GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. 204 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio, 2015, p.36.

<sup>16</sup> GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. v. 25. São Paulo: HUCITEC ó Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Estudos Brasileiros, 1989, p.223.

<sup>17</sup> *Resposta ao requerimento emitido pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1963, para apurar irregularidades no Serviço de Proteção ao Índio (1963), que solicitava informações segundo ofício n° 6/63 e n° 22/63*. Ministério da Agricultura: Comissão Parlamentar de Inquérito, 1963, pp.644-51.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, *Op. cit.*, p.37.

Estado, criando ou reformando instituições e agências, à intervenção na economia através da sua atuação como agente fundamental do desenvolvimento<sup>19</sup>.

O fortalecimento das tendências modernizantes, pautadas sobretudo em uma retórica de desenvolvimento nacional, levou à recuperação dos debates sobre a importância de promover a ocupação racional dos interiores brasileiros, regiões consideradas potencialidades econômicas pouco exploradas. O foco no Norte e Centro-Oeste conduziu os esforços do Estado rumo à criação de agências e outros órgãos destinados a dar bases para o novo projeto de conquista e empreendimento de atividades econômicas nessas áreas. As campanhas pelo desenvolvimento dessas áreas não era exatamente uma novidade. Estiveram profundamente marcadas no governo de Getúlio Vargas com a Marcha Para Oeste e no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek com a expansão da fronteira agrícola, a construção de Brasília e obras como o Cruzeiro Rodoviário.

A ditadura foi responsável pela formação de um plano integrado de desenvolvimento nacional com a fundação de superintendências, bancos regionais, departamentos e outros órgãos destinados a promover estudos e projetos para áreas de norte a sul do país. Apenas entre 1966 e 1967, foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Essa profusão de instituições destinadas a fomentar o avanço das áreas subdesenvolvidas do país necessitava de um órgão aglutinador, tendo sido criado para tal fim, em fevereiro de 1967, o Ministério do Interior. Essas políticas econômicas teriam consequências para as populações indígenas, com a proliferação de empreendimentos e da exploração dos territórios historicamente ocupados por esses grupos.

Tendo chegado ao poder com um forte discurso anticorrupção, reivindicado inclusive por grupos conservadores civis que apoiaram o golpe<sup>20</sup>, os militares buscaram

---

<sup>19</sup> AARÃO REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional estatista. In: \_\_\_\_\_; et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>20</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

instaurar os chamados Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e as Comissões de Inquérito (CIs) em diferentes setores da administração pública, visando investigar denúncias de crimes de corrupção. Paralelamente, os expurgos foram um instrumento poderoso de controle e coerção contra indivíduos considerados indesejáveis, na sua maioria vistos como potenciais subversivos dentro da lógica anticomunista, sendo esse outro pilar fundamental do discurso legitimador da ditadura.<sup>21</sup>

Entusiasticamente apoiadas pela grande mídia, - com algumas ressalvas, relativas sobretudo ao temor de que o autoritarismo restringisse sua liberdade de atuação - essas ações pareciam ser o mecanismo ideal para combater a ameaça da esquerda<sup>22</sup> e reprimir a atuação dos corruptos que, segundo o discurso oficial, representavam um entrave para o desenvolvimento nacional. As Comissões de Inquérito, acompanhadas de perto pela grande imprensa, ganharam um peso importante na construção de um discurso que reivindicava a manutenção da ordem através dos expurgos.

A comunhão desses fatores conduziu o recém-criado Ministério do Interior, ao qual o SPI foi submetido, a abrir uma Comissão de Inquérito ó a segunda em um período de apenas quatro anos ó destinada a investigar as denúncias de corrupção e de crimes contra os indígenas e seu patrimônio, praticados ou acobertados por funcionários do órgão. A Comissão de Inquérito instalada em 1967, solicitada pelo ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima e chefiada pelo Procurador Jáder de Figueiredo, concluiu sobre a culpa de diversos funcionários implicados em crimes administrativos e contra os direitos dos indígenas no desempenho das suas funções nos postos do SPI junto a essas populações. Entre os crimes apurados estavam apropriação indevida do patrimônio indígena, casos de tortura, estupro, assassinato, escravidão, tráfico de pessoas, trabalho forçado, entre outros. A barbaridade dos crimes produziu consternação inclusive nos envolvidos nas investigações, como foi possível identificar através do estudo das notícias veiculadas no período.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 11, maio/ago. 2016.

<sup>22</sup> Rodrigo Patto Sá Motta possui trabalho basilar na análise da relação entre as comissões de inquérito, os expurgos, o anticomunismo e o discurso anticorrupção, sobretudo na sua aplicação no contexto do projeto educacional universitário da ditadura. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>23</sup> Ver: TOMMASI EVANGELISTA, Breno Luiz. *Resistir nos subterrâneos: o Relatório Figueiredo e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1968)*. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

Entre os acusados, estavam civis e militares, funcionários de baixos postos e ex-diretores, agentes do órgão e pessoas comuns. A imprensa nacional dedicou inúmeras páginas e chegou a cunhar o termo *escândalo do século* para se referir ao caso, sempre reivindicando uma intervenção enérgica do regime na punição aos culpados, através dos chamados expurgos. A repercussão se prolongou por meses e culminou no fim do SPI e na criação da FUNAI. É importante pontuar que, apesar dos ecos sobre o caso, as notícias pouco se dedicaram a analisar a questão indígena no Brasil, a cobrar reparações ou questionar as políticas aplicadas a essas populações. Por outro lado, enfocaram quase exclusivamente, com raras exceções, no fato de serem crimes intimamente relacionados à corrupção dos agentes públicos.

Em 5 de dezembro de 1967, o então presidente Artur da Costa e Silva assinava a lei que autorizava a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa medida extinguiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), além da administração do Parque Nacional do Xingu, cujas funções e funcionários seriam incorporadas à FUNAI. O que deveria ser uma medida destinada a encerrar a questão, entretanto, não surtiu grandes efeitos. Como revelam documentos presentes no fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), a diplomacia brasileira, através do Ministério das Relações Exteriores, passaria os anos seguintes em meio a um cabo de guerra. De um lado denúncias das origens mais variadas, geralmente veiculadas na imprensa internacional, e do outro o governo brasileiro, preocupado em justificar e se explicar a cada ameaça de um novo escândalo. Os relatórios sobre a repercussão dos casos de crimes contra os indígenas, compilados em inúmeras páginas de referências às matérias jornalísticas, entrevistas de cientistas sociais que denunciavam a situação no Brasil, produzidos pelo Ministério e direcionados ao Presidente da República, seriam uma constante pelo menos até o princípio dos anos 1970.<sup>24</sup>

### **Os reflexos da internacionalização dos debates sobre a questão indígena brasileira**

Diferentemente das comissões de inquérito anteriores, a CI-239/67 havia produzido um documento intensamente descritivo sobre os crimes aos quais as populações indígenas estavam submetidas. As reações internas a esses resultados vieram principalmente da grande imprensa e de grupos políticos concentrados na

<sup>24</sup> Arquivo Nacional, DSI-MJ, BR.AN,RIO.TT.O.MCP.PRO.

Câmara dos Deputados e no Senado. O contexto internacional teve enorme contribuição ao promover reflexões sobre os direitos políticos e sociais dos grupos vistos como marginalizados e oprimidos. Os debates sobre direitos humanos – surgidos no pós-segunda guerra, cujo ápice naquele período foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – tiveram nos anos 1960 um espaço excepcionalmente fecundo para seu desenvolvimento e sua consolidação.

A fundação da *Amnesty International* (Anistia Internacional; 1961), as lutas pelos direitos civis, os movimentos anticoloniais (seguidos de perto pelo desrespeito aos direitos humanos por parte dos colonizadores) e a militância desarmamentista e contra a Guerra do Vietnã colaboraram para que, em 1968, em decorrência dos 20 anos da Declaração dos Direitos Humanos, fosse promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma série de debates e reuniões sobre os avanços e as novas metas para essas políticas. O principal evento foi a I Conferência Internacional de Direitos Humanos em Teerã, encontro promovido em maio daquele ano. Em decorrência das denúncias que chegavam do Brasil, enquanto jornais e revistas como *New York Times* (EUA), *Los Angeles Times* (EUA), *Sunday Times* (Inglaterra), *Neue Revue* (Alemanha), *L'Express* e *Le Monde* (França) e *Limen* (Romênia)<sup>25</sup> davam destaque crítico ao caso, as Nações Unidas cobraram explicações e retratações do governo brasileiro, sob ameaça de tornar a questão tema de discussão no encontro.<sup>26</sup> A Organização Internacional do Trabalho, igualmente atenta às repercussões dos crimes no Brasil, teria considerado tratar a questão em uma reunião realizada no México naquele ano.<sup>27</sup>

Além da repercussão observada na imprensa, o massacre de indígenas no Brasil se tornou uma questão diplomática entre o país e a França. Desde 1965, denúncias dessa natureza chegavam à Europa, levando o etnólogo Paul Lambert a produzir o filme intitulado *Fraternelle Amazone*, no qual criticava a postura do governo brasileiro frente às populações autóctones.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> GUIMARÃES, *Op. cit.*, p.51.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.53.

<sup>27</sup> VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.46.

<sup>28</sup> GOMES, Paulo César. *As relações entre a Ditadura Militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia (1964-1979)*. 384 f. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p.242.

O ministro brasileiro do Interior, José Costa Cavalcanti, enviou uma carta a todas as missões diplomáticas presentes no Brasil. Cavalcanti iniciava sua missiva criticando a maneira sensacionalista e tendenciosa como os meios de comunicação internacionais vinham acusando o governo brasileiro de praticar genocídio indígena. Atribuía essa atitude com relação ao Brasil a jornalistas estrangeiros e pseudo-antropólogos, ávidos por notoriedade, que divulgavam fatos deformados sobre a realidade brasileira, buscando a condenação, sem provas e sem possibilidade de defesa, de uma nação cristã. [...] O presidente Médici, em uma coletiva para a imprensa estrangeira, declarou que qualquer jornalista que quisesse visitar o Brasil para verificar as condições em que viviam os indígenas teria suas despesas pagas pelo governo brasileiro.<sup>29</sup>

Enquanto setores progressistas europeus pressionavam seus governos a se posicionarem frente às denúncias, dentro do Brasil alguns movimentos revelam a influência dos debates sobre direitos humanos e do contexto político internacional dos anos 1960 nessa questão. A imprensa nacional, tomando como pauta principal o combate à corrupção, se viu de certa forma obrigada a abandonar os limites da indignação produzida pelo discurso anticorrupção e apelar para o humanitarismo ao tratar da causa indígena.

Diante da possibilidade do caso ser silenciado e em função de uma nota oficial do próprio ministro Albuquerque Lima em que desmentia as denúncias da imprensa<sup>30</sup>, se tornaram mais comuns na imprensa editoriais como *Genocídio Arquivado* e *Atrocidades Arquivadas*<sup>31</sup>, os quais utilizavam argumentos embasados na legitimidade dos debates sobre direitos humanos e como eles se aplicavam às populações indígenas brasileiras. Ambos os documentos, editoriais do *Jornal do Brasil*, mostram a insatisfação frente às tentativas do regime em abafar o caso ao tratar a dimensão atribuída aos crimes pela imprensa nacional e internacional como sensacionalismo. O interessante, nesse caso, fica por conta da revelação do jornal de que as embaixadas brasileiras sofriam pressões internacionais por explicações públicas.

As embaixadas do Brasil em todo o mundo estão sendo assediadas por jornais e por particulares que desejam saber por que se comete genocídio tão frio no Brasil. [...] Saiba o Presidente da República que, desta vez, a famosa imagem do Brasil vai parar na lama. Ou se publica o inquérito na íntegra e se punem os criminosos ou não haverá propaganda que cole de novo os lamentáveis pedaços da imagem de um país que massacra inocentes e oculta os culpados embaixo da mesa de um Ministro.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> GOMES, *Op. cit.*, pp. 244-5.

<sup>30</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1967, p. 18.

<sup>31</sup> *Genocídio Arquivado. Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1968. Capa.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

O próprio conceito de genocídio, tão aplicado nesse período, foi desenvolvido em meio aos debates sobre a classificação dos crimes nazistas e seus consequentes julgamentos, estando intimamente relacionado ao conceito de direitos humanos. Na imprensa se tornou comum, após declarações polêmicas do sanitarista Noel Nutels<sup>33</sup>, ex-diretor do SPI, e de Jáder de Figueiredo<sup>34</sup>, associar as barbaridades denunciadas aos crimes cometidos pelos nazistas contra os judeus.

É preciso compreender a dimensão alcançada pelas denúncias do Relatório Figueiredo em meio ao contexto do ano de 1968. Outras comissões semelhantes a CI-239/67 foram abertas anteriormente, sem ganhar o mínimo respaldo. Assim, o destaque dado especificamente à investigação de Jáder de Figueiredo só pode ser compreendido através da complexa relação entre o momento político vivido no Brasil e a repercussão internacional fomentada pelos debates do Ano Internacional dos Direitos Humanos, como viria a ser determinado pela UNESCO e pelos acontecimentos do ano de 1968. Dessa forma, os impactos dos movimentos políticos que se intensificaram naquele ano tiveram difusão no Brasil de forma a caracterizar parte das ações a favor dos indígenas e contra os crimes do regime. Prova disso é o debate causado pelo editorial "Genocídio"<sup>35</sup>, publicado no *Correio da Manhã* e lido em sessão no Senado Federal pelo senador Aurélio Viana, um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>36</sup>.

A leitura de outro documento, dessa vez em sessão no Congresso Nacional, ajuda a compreender ainda mais essa relação. Buscando legitimar a abertura de uma nova Comissão de Inquérito, um grupo de deputados aprovou a justificativa que relatava:

O qualificativo de genocídio para o extermínio dos índios brasileiros é bem cabível e justificável. Esta civilização, que faz passeatas em favor dos povos do Vietnã, que apóia os eslovacos em sua exigência de maiores direitos, que reverencia a minoria armênia, que protesta contra Ian Smith, que se solidariza com o "Black Power" (*sic*), que abomina o genocídio dos judeus na Segunda Guerra, esta civilização tem algo a ver também com a eliminação crua e implacável de nossos índios.<sup>37</sup>

<sup>33</sup> "Crimes no SPI lembram era nazista e Nazismo". *Correio da Manhã*, 1º Cad., Rio de Janeiro, 14 de março de 1968. Capa e p. 12.

<sup>34</sup> "Serviço matou tribos inteiras". *Ibidem*. Capa.

<sup>35</sup> "Genocídio". *Ibidem*, p.6.

<sup>36</sup> *Anais do Senado: livro 3. Senado Federal, 1968, p.518.*

<sup>37</sup> *Diário do Congresso Nacional - Seção 1 - Suplemento - 27/3/1968, Página 2 (Publicação Original).* Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27MAR1968SUP.pdf#page=2> (Acesso em 09 de outubro de 2017).

A justificativa apresentada para a abertura da nova CI se destaca pelos argumentos empregados. Por um lado, propunha a participação ativa de antropólogos e etnólogos na construção de uma nova política indigenista e, por outro, tecia críticas aos militares e à própria sociedade, buscando de alguma forma apelar para suas responsabilidades na situação dos indígenas brasileiros ao implicá-los nos crimes que ocorriam contra esses grupos. A leitura do documento, foi feita por Henrique De La Rocque, deputado federal do estado do Maranhão pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O Requerimento foi assinado por nomes da oposição política, organizada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como Mário Covas e Ernâni do Amaral Peixoto, e do próprio partido de base da ditadura, por membros da ARENA.

O objetivo, ao abrir essa CI, era aprofundar as investigações iniciadas por Jáder de Figueiredo e promover a punição enfática dos envolvidos nos crimes relatados. Considerando que o afastamento e a prisão administrativa temporária de parte dos acusados foram insuficientes, as declarações do ministro Albuquerque Lima foram mal recebidas. Segundo ele, com a fundação da FUNAI e com a extinção do SPI, podemos, aqui e agora, lançar o manto do esquecimento sobre o passado, e com a mente e o coração livres, tomados da mensagem de esperanças que este ato resume, voltarmos para o futuro.<sup>38</sup>

Encontramos no texto de justificativa para abertura de Comissão de Inquérito as características fundamentais que se têm abordado ao longo desse artigo. Políticos de posições diferentes concordaram em legitimar a abertura de uma nova Comissão de Inquérito partindo do pressuposto de que os indígenas, assim como os outros grupos afirmados no discurso enquanto minorias políticas, encaram crimes que levam ao seu genocídio. Mais do que isso, o texto faz concluir sobre os direitos sociais e políticos aparentemente negados a esses povos. Traçado um histórico da contribuição dos indígenas para a formação do Brasil, a justificativa chega aos dias contemporâneos das investigações do Relatório Figueiredo lançando mão de argumentos como a ocorrência de um movimento internacional de luta por direitos. Acreditassem de fato na importância e na relação entre esses dois processos ou não, o que nos importa é compreender as formas pelas quais essas lutas travadas em outros países influenciaram na criação de uma noção de que os novos tempos estavam sendo forjados segundo as

---

<sup>38</sup> Governo inicia política para assegurar terras aos índios. *Jornal do Brasil*, 1º Cad., Rio de Janeiro, 30 de julho de 1968, p.18.

bases dos direitos civis e da erradicação das violências praticadas contra minorias políticas.

Analisando as fontes primárias produzidas na época, podemos identificar a ocorrência de discursos, todos críticos às violações apuradas na Comissão de Inquérito, que partilhavam características em comum. Tratando primeiramente da grande imprensa, é possível afirmar que, apesar do foco dado aos casos de corrupção, cobrando as suas devidas punições, alguns editoriais fugiram a essa lógica e souberam trabalhar segundo a óptica dos indígenas. A popularização da associação entre os crimes do nazismo contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial e os crimes de funcionários do SPI e civis contra os indígenas se tornaram arma política dos editoriais, apropriadas de declarações como as do ex-diretor do SPI, o sanitarista Noel Nutels. Dessa forma, o objetivo era estabelecer um diálogo direto, apesar da comparação confusa, entre as denúncias apuradas por Jáder de Figueiredo e os crimes contra os judeus que serviram de base para a formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a difusão do conceito de genocídio. No contexto internacional, nos anos 1960, são diversos os casos em que os crimes praticados em contextos de guerras e dos processos de descolonização, sobretudo do continente africano, foram igualmente condenados por militantes e movimentos de direitos humanos, tomando por princípio não apenas o documento da Declaração como o senso crítico levantado pelos debates acerca do episódio histórico condenável do massacre de judeus e outras minorias pelo regime hitlerista. Essa associação surgiu com força, portanto, no contexto das lutas pela emancipação nacional das colônias africanas, do discurso desarmamentista e dos movimentos por direitos civis difundidos principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Em meio às discussões sobre as liberdades individuais e o direito universal a um conjunto de direitos básicos que resguardassem a integridade física de grupos politicamente subjugados, os crimes contra os indígenas brasileiros ganharam dimensão internacional. Os impactos dessas denúncias foram profundos. Nos anos que se seguiram, a ditadura trabalhou exaustivamente no tratamento da sua imagem buscando desvincular-se do rótulo de genocida que lhe fora atribuído. Criaram-se divisões específicas dentro do Ministério das Relações Exteriores destinadas ao trabalho de pesquisa, coleta e análise das notícias veiculadas na imprensa internacional sobre a relação do governo brasileiro com os indígenas no país. Na Fundação Nacional do

Índio, chegou a se formar, em 1969, sob chefia do jornalista Luiz Beltrão, uma Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP-FUNAI), com a mesma finalidade, mas abarcando também parte da produção da imprensa nacional destinada especificamente a abordar a questão indígena no país. Dedicada a melhorar a imagem pública da instituição junto aos brasileiros comuns, essa ARP é um mecanismo tornado popular pela ditadura no trabalho de exaltação das suas obras e da sua atuação além de produzir relatórios periódicos sobre as repercussões acerca da política indigenista, tinha como uma de suas atribuições desenvolver materiais de divulgação que atenuassem as críticas direcionadas às políticas da instituição colocadas em prática.<sup>39</sup>

As demandas públicas pelo respeito aos direitos dos indígenas, e sua consequente ampliação e aprofundamento, iniciadas sobretudo no contexto de luta internacional pelos direitos civis e pelos Direitos Humanos, característico dos anos 1960, produziram um ambiente incômodo para a ditadura. Diante dos sistemáticos crimes contra essas populações tradicionais, hoje acessíveis através do Relatório da Comissão Nacional da Verdade<sup>40</sup>, praticados sob a guarda do próprio regime, percebemos um processo paralelo de tentativa de legitimar e divulgar um certo empenho do governo em proteger e integrar os povos indígenas, culminando inclusive na elaboração, em 1973, de um Estatuto do Índio, vigente até os dias atuais. Os impactos do debate internacional sobre os indígenas tanto exerceram uma pressão contra a ditadura como contribuíram para a formação de novas frentes em defesa dos direitos desses povos no Brasil. Os principais grupos de atuação nesse campo encontraram um importante canal de reverberação dessas demandas, fora da repressão e do silêncio impostos pelo regime, através dos quais se fez possível, se não impedir muitas das violências praticadas, ao menos exercer formas de cobrança mínima ao Estado autoritário para que respeitasse as vidas daquelas populações historicamente massacradas.

## Referências bibliográficas

---

<sup>39</sup> BELTRÃO, Luiz. Avaliação do rendimento na divulgação governamental: a experiência da Funai. *Revista do Serviço Público*, v. 106, n. 2, maio/ago. 1971, pp.115-25.

<sup>40</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Violação dos direitos humanos dos povos indígenas*. In: \_\_\_\_\_. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. v. 2. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

## Livros

AARÃO REIS, Daniel; MORAES, Pedro. *1968, a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

AARÃO REIS, Daniel; et al. *O Século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre*. Comemorações, orgulho e consentimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em Movimento*. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre*. O desenvolvimento e os índios no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC ó Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Estudos Brasileiros, v. 25. 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. v. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

## Capítulos

AARÃO REIS, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: \_\_\_\_\_; et al. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp.11-30.

## Dissertações e Teses

GOMES, Paulo César. *As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia (1964-1979)*. 384 f. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. 204 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio, 2015.

TOMMASI EVANGELISTA, Breno Luiz. *Resistir nos subterrâneos: o Relatório Figueiredo e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1968)*. 70 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

### Periódicos

AARÃO REIS, Daniel. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 25-35, out. 1998.

BELTRÃO, Luiz. Avaliação do rendimento na divulgação governamental: a experiência da Funai. *Revista do Serviço Público*, v. 106, n. 2, p. 115-25, maio/ago. 1971.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007.

CORDOVIL, Daniela. Formação de antropólogos no Brasil ontem e hoje. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 1, n. 1, p. 1-10, dez. 2008.

GAÏTI, Brigitte. L'opinion publique dans l'histoire politique: impasses et bifurcations. *Le Mouvement Social*, Paris, v. 4, n. 221, p.95-104, 2007.

LABORIE, Pierre. De l'opinion publique à l'imaginaire social. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, Paris, v. 18, n. 18, p. 101-117, abr.-jun. 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 9-39, maio-ago. 2016.